

# **Demonstrações financeiras**

## **Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.**

31 de dezembro de 2025  
com Relatório do Auditor Independente

# Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

## Demonstração financeira

31 de dezembro de 2025

### Índice

Relatório do auditor independente sobre a demonstração financeira .....	1
Balanços patrimoniais .....	4
Demonstrações do resultado .....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	9
Contexto operacional .....	10
Base de elaboração e apresentação da demonstração financeira .....	10
Caixa e equivalentes de caixa .....	14
Caixa restrito e depósitos restituíveis .....	15
Contas a receber de clientes .....	15
Estoques .....	16
Impostos a recuperar .....	17
Imobilizado .....	17
Ativo de direito de uso e arrendamento .....	19
Contas a pagar e fornecedores .....	21
Empréstimos e financiamentos .....	21
Obrigações tributárias .....	22
Provisão para desmobilização .....	23
Patrimônio líquido .....	23
Receita operacional líquida .....	24
Custos e despesas por natureza .....	26
Resultado financeiro .....	27
Imposto de renda e contribuição social corrente .....	28
Transações com partes relacionadas .....	29
Cobertura de seguros .....	30
Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco .....	31



Shape the future  
with confidence

São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909  
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição  
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil  
Tel: +55 11 2573-3000  
ey.com.br

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da  
**Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.**  
Janaúba - MG

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



**Shape the future  
with confidence**

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future  
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de abril de 2026.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Fulvio A. Matias de Carvalho', is written over the printed name.

Fulvio A. Matias de Carvalho  
Contador CRC SP-294991/O

## Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.458	16.724
Contas a receber de clientes	5	4.940	285
Contas a receber – Partes relacionadas	19	4.358	2.611
Estoques	6	56	-
Despesas antecipadas		173	203
Impostos e contribuições a recuperar	7	16	138
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>14.001</b>	<b>19.961</b>
<b>Não circulante</b>			
Caixa restrito e depósitos restituíveis	4	2.221	2.433
Imobilizado	8	197.237	206.614
Ativo de direito de uso	9	3.388	3.495
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>202.846</b>	<b>212.542</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>216.847</b>	<b>232.503</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Balanço patrimonial  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	Notas	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Contas a pagar e Fornecedores	10	6.944	6.521
Contas a pagar – Partes relacionadas	19	146	673
Empréstimos e financiamentos	11	2.471	2.368
Passivo de arrendamento	9	34	32
Obrigações tributárias	12	1.299	1.258
<b>Total do passivo circulante</b>		<u>10.894</u>	<u>10.852</u>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	11	76.284	78.512
Passivo de arrendamento	9	4.476	4.151
Provisão para desmobilização	13	1.998	1.838
<b>Total do passivo não circulante</b>		<u>82.758</u>	<u>84.501</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	14	131.500	141.500
Prejuízos acumulados		<u>(8.305)</u>	<u>(4.350)</u>
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>123.195</u>	<u>137.150</u>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<u>216.847</u>	<u>232.503</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Demonstração do resultado  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	15	29.846	24.321
Custo de geração de energia	16	(24.871)	(19.130)
<b>Lucro bruto</b>		<b>4.975</b>	<b>5.191</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas administrativas e gerais	16	(741)	(514)
Outras receitas e despesas operacionais		-	(1)
		<b>(741)</b>	<b>(515)</b>
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>4.234</b>	<b>4.676</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	17	1.448	1.911
Despesas financeiras	17	(8.208)	(8.523)
		<b>(6.760)</b>	<b>(6.612)</b>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(2.526)</b>	<b>(1.936)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Corrente	18	(1.429)	(1.395)
		<b>(1.429)</b>	<b>(1.395)</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(3.955)</b>	<b>(3.331)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras .

## Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo do exercício	(3.955)	(3.331)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>(3.955)</u></b>	<b><u>(3.331)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		145.000	(1.019)	143.981
Redução de capital	<b>14</b>	(3.500)	-	(3.500)
Prejuízo do exercício		-	(3.331)	(3.331)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>141.500</b>	<b>(4.350)</b>	<b>137.150</b>
Redução de capital	<b>14</b>	<b>(10.000)</b>	-	<b>(10.000)</b>
Prejuízo do exercício		-	<b>(3.955)</b>	<b>(3.955)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>131.500</b>	<b>(8.305)</b>	<b>123.195</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(2.526)</b>	<b>(1.936)</b>
<b>Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do prejuízo com o fluxo de caixa</b>			
Depreciação do ativo imobilizado	8	10.601	10.810
Amortização de ativo de direito de uso	9	117	107
Juros sobre passivo de arrendamento	9	677	296
Juros sobre empréstimos e financiamentos	11	6.879	7.308
Atualização financeira da provisão para desmobilização	13	160	147
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais</b>			
Contas a receber de clientes		(4.655)	(679)
Contas a receber - Partes relacionadas		(1.747)	-
Despesas antecipadas		30	(151)
Estoques		(56)	-
Impostos e contribuições a recuperar		122	(31)
Outros		-	279
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>			
Contas a pagar e Fornecedores		423	(199)
Contas a pagar – Partes relacionadas		(526)	-
Obrigações tributárias		(336)	217
(-) Pagamento de impostos de renda e contribuição social		(1.063)	(1.392)
(-) Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	11	(6.988)	(5.793)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>1.112</b>	<b>8.983</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Depósitos restituíveis e valores vinculados	4	212	(192)
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	8	(1.224)	(700)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(1.012)</b>	<b>(892)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	11	(2.016)	(1.747)
Pagamento de principal e juros de passivo de arrendamento	9	(350)	(372)
Redução de capital	14	(10.000)	(3.500)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>(12.366)</b>	<b>(5.619)</b>
<b>Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa</b>		<b>(12.266)</b>	<b>2.472</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa em 1º de janeiro</b>		<b>16.724</b>	<b>14.252</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro</b>		<b>4.458</b>	<b>16.724</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

## 1. Contexto operacional

A Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A. (“Juba XIX” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada cidade de Janaúba, Estado de Minas Gerais, na Rodovia BR-122, número S/N, Parte 11, bairro/distrito de Algodões, CEP 39.477-654, que tem por objeto: (i) a implantação e a exploração da Central Geradora Fotovoltaica – UFV Janaúba 19; (ii) a produção e comercialização da potência e da energia gerada pela UFV; (iii) a manutenção, a operação e a exploração de todos os bens e direitos, equipamentos e instalações que compõe a UFV; e (iv) comercialização de créditos de carbono.

A Companhia foi constituída em 15 de junho de 2020 e atualmente é controlada diretamente pela Santo Afonso Energética S.A. desde 1 de dezembro de 2022 tendo a Ligas de Alumínio S.A. - Liasa desde 26 de dezembro de 2022, sendo a Santo Afonso a Controladora da Companhia e a Liasa como acionista minoritário.

UFV	Potência em MW	Nº da autorização ANEEL	Vencimento do prazo da autorização	Local
Janaúba 19	50	REA 8483/2019	Dezembro de 2054	Janaúba - MG

### 1.1. Continuidade operacional

A diretoria avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a diretoria não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

### 1.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pela Diretoria 22 de abril de 2026.

## 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Companhias por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

# Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

## 2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional.

A diretoria aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a diretoria afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

## 2.3. Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio das datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de encerramento do exercício são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data.

Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos às taxas das transações.

## 2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação da demonstração financeira da Companhia requer que a diretoria faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia a administração efetuou os seguintes julgamentos, estimativas e premissas apresentados nas notas explicativas abaixo:

## Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

Nota explicativa 8 – Imobilizado: Valor recuperável e vida útil dos ativos;  
Nota explicativa 13 – Provisão para desmobilização: Taxa de desconto das obrigações;  
Nota explicativa 15 – Receita operacional líquida: Receita não faturada;

### 2.5. Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados a primeira vez em 2025

A Companhia avaliou o conteúdo das novas normas que se tornaram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, conforme descrito abaixo. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas não estejam vigentes.

#### Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

A Companhia não realizou operações de Leaseback ou aluguel de itens vendidos que sejam anteriormente de sua propriedade.

#### OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO<sub>2</sub>e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Em 18 de outubro de 2024 o CPC emitiu o OCPC 10 com o objetivo de tratar os requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO<sub>2</sub>e)<sup>1</sup>, Permissões de emissão (allowances)<sup>2</sup> e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos por não operar com esses produtos e não fazer parte do seu plano de negócio.

#### Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que

## Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

### **2.7. Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão da demonstração financeira da Companhia estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

#### CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto

Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture entrada e, vigor ainda não definida.

#### CPC 48 e CPC 40 (R1) - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros entrada em vigor em 01/01/2026.

#### CPC 51: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em 07 de janeiro de 2026, o Comitê de Pronunciamentos contábeis emitiu o CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis, que substitui equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O CPC 51 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos.

O CPC 51 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O CPC 51 será aplicado retrospectivamente.

A administração iniciou uma análise minuciosa e aprofundada sobre a entrada em vigor do referido normativo, com o objetivo de avaliar seus potenciais impactos na divulgação das demonstrações financeiras. Até a data-base deste relatório, não é possível divulgar os efeitos concretos desta adoção.

A administração detidamente avaliou e não foi identificados impactos em relação a apresentação dos relatórios contábeis da Companhia.

# Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

## Alterações à IFRS 10 e IAS 28 -Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.

Em fevereiro de 2026, o IASB publicou um Exposure Draft propondo ajustes específicos na IAS 28, visando clarificar quais investimentos em associadas e joint ventures podem ser mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Ainda não temos a definição de uma data efetiva.

## IFRS S1 — Divulgações Gerais de Sustentabilidade e IFRS S2 — Divulgação Climática

Essas normas estabelecem princípios para a divulgação de informações relevantes sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que possam afetar a posição financeira, desempenho e fluxos de caixa futuros da Companhia.

## IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.

Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

A administração detidamente avaliou e não foram identificados impactos em relação a apresentação dos relatórios contábeis da Companhia

## **2.8. Políticas contábeis materiais**

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessa demonstração financeira estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

## **3. Caixa e equivalentes de Caixa**

A Companhia considera que Caixa e equivalentes de caixa são valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. Os montantes registrados são imediatamente conversíveis em caixa e possuem risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Caixa e depósitos bancários	<b>916</b>	276
Aplicações financeiras	<b>3.542</b>	16.448
<b>Total</b>	<b>4.458</b>	16.724

## Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados e a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 100% e 98% da variação do CDI, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente, compostas da seguinte forma:

<b>Instituição financeira</b>	<b>Tipo</b>	<b>Remuneração</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	CDB	CDI	2	47
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI	CDI	2.349	15.323
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	1.191	1.078
<b>Total</b>			<b>3.542</b>	<b>16.448</b>

### 4. Caixa restrito e depósitos restituíveis

Correspondem a recursos monetários que não estão disponíveis para utilização imediata pela entidade, sendo necessário a autorização e terceiros para movimentação do recurso, em razão de restrições impostas por instrumentos contratuais de dívida, disposições legais ou exigências regulatórias. Tais restrições limitam a livre movimentação desses valores, vinculando-os a finalidades específicas previamente determinadas, como garantias, obrigações financeiras ou projetos regulados, segregados nas seguintes categorias:

#### Conta reserva de garantia

Depósitos em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco do Nordeste (BNB), referente à manutenção do fundo de liquidez em conta reserva especial, que permanecerão bloqueados até o final da liquidação de todas as obrigações garantidas.

Caixa restrito de curto prazo:

#### Caixa restrito de longo prazo:

<b>Instituição financeira</b>	<b>Tipo</b>	<b>Remuneração</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Reserva de dívida	CDI	2.221	2.433
<b>Total</b>			<b>2.221</b>	<b>2.433</b>

### 5. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores originados pela transação de venda ou comercialização de energia elétrica e prestação de serviços no curso normal da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através do reconhecimento de receitas onde haja razoável certeza de que fluxos de caixa futuros fluirão para a Companhia em valor igual ao registrado.

Caso haja incerteza de sua realização, uma provisão é registrada. A provisão para a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") é constituída com base nas perdas esperadas pela Companhia, na análise individualizada dos clientes e nas negociações em andamento dos saldos com seus clientes.

## Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais.

	2025	2024
Venda de energia - CCEE	6	6
Contas a receber	279	279
Contas a receber - Quadriênio	1.175	-
Contas a receber – Reembolso de Curtailment (a)	3.480	-
<b>Total do contas a receber de clientes</b>	<b>4.940</b>	<b>285</b>

(a) Com a promulgação da Lei nº 15.269/2025, foi assegurado às empresas o direito de recalcular os saldos a serem reembolsados pela CCEE, decorrentes dos cortes de energia ocorridos no período de setembro de 2023 até a data-base deste relatório. Embora a nova metodologia de cálculo e os valores estimados de reembolso já tenham sido divulgados até a data de emissão desta demonstração financeira, ainda não foram definidos os critérios, prazos e procedimentos para o efetivo recebimento desses saldos.

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	2025	2024
Saldo a vencer	4.940	200
Saldo vencido de 121 a 180 dias	-	85
<b>Total das contas a receber de clientes</b>	<b>4.940</b>	<b>285</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, nenhuma provisão de perda esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída, em decorrência da inexistência de perdas prováveis na realização do contas a receber.

A Diretoria não prevê a constituição de novas provisões para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD), tendo em vista as características do mercado em que a Companhia opera e os mecanismos de mitigação do risco como, processos de análise de crédito, acompanhamento contínuo da carteira e garantias contratuais.

## 6. Estoques

Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização e são avaliados ao custo ou o valor realizável dos dois o menor.

A administração realiza avaliações periódicas dos itens registrados em estoque, com foco na identificação de riscos relacionados à perda de valor e à obsolescência. Quando constatadas tais situações, os valores correspondentes ao custo dos itens são reconhecidos como baixa no resultado da Companhia, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis

## Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Almoarifado	56	-
<b>Total dos estoques</b>	<b>56</b>	<b>-</b>

### 7. Impostos e contribuições a recuperar

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro presumido. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

	2025	2024
IRPJ/CSLL	16	138
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>138</b>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, no que diz respeito às incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia efetuou as avaliações e concluiu que é mais provável do que não que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal.

### 8. Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização ou concessão, dos dois, o menor.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Os adiantamentos realizados a fornecedores, vinculados exclusivamente à aquisição ou construção de ativos imobilizados, são registrados como adições ao imobilizado, em razão de sua natureza e finalidade. Tal procedimento visa garantir que o custo dos ativos, apresentado na data-base das demonstrações financeiras, corresponda aos montantes efetivamente investidos pela Companhia.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

Obras em andamento estão relacionadas a gastos com materiais, mão de obra direta e indireta na preparação e instalação do bem, custos e juros dos empréstimos intrinsecamente ligados a

## Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

construção do ativo conforme disposto no CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos, até que esteja disponível para uso, ou seja, quando está no local e condições necessárias para funcionar de forma pretendida pela diretoria. Nesse momento o valor do bem é transferido de Imobilizado em Curso para Imobilizado em Serviço, quando então a devida depreciação conforme a vida útil do bem é iniciada.

### Método de depreciação:

Para o cálculo da depreciação, é considerado a vida útil dos bens ou o prazo de autorização de operação, dos dois, o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Empresa à Portaria n° 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que se assemelham às vidas úteis efetivas dos bens. Os ativos administrativos são depreciados a taxas que também refletem a vida útil efetiva dos bens

A Companhia efetuou a revisão da taxa de depreciação de seus ativos imobilizados ao final dos exercícios de 2025 e 2024 e não julgou necessário alterar a estimativa de vida útil individual de seus ativos.

O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens.

	<u>Vida útil</u>
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos
Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos

### Testes de recuperabilidade de ativos (teste de impairment)

A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

A companhia analisou em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o valor contábil líquido do ativo imobilizado com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável.

A diretoria avaliou e concluiu que não há indicativos de perda no valor recuperável do ativo imobilizado.

Segue abaixo os movimentos do imobilizado na demonstração financeira:

	<u>2025</u>			<u>2024</u>
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Valor líquido</u>
<u>Em serviço</u>				
Máquinas e equipamentos	217.182	(28.591)	188.591	204.413
Edificações, obras civis e benfeitorias	6.083	(790)	5.293	-
Desmobilização de ativos	1.589	(138)	1.451	1.501

## Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

### Em curso

Estoque de ativo fixo	29	-	29	29
Bens em andamento	1.873	-	1.873	671
	<b>226.756</b>	<b>(29.519)</b>	<b>197.237</b>	<b>206.614</b>

	Saldo em 2024	Adição	Transferências	Saldo em 2025
--	---------------	--------	----------------	---------------

### Em serviço

Máquinas e equipamentos	223.243	-	(6.061)	217.182
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	6.083	6.083
Desmobilização de ativos	1.589	-	-	1.589

### Em curso

Estoque de ativo fixo	29	-	-	29
Bens em andamento	671	1.224	(22)	1.873
	<b>225.532</b>	<b>1.224</b>	<b>-</b>	<b>226.756</b>

	Saldo em 2023	Adição	Transferências	Saldo em 2024
--	---------------	--------	----------------	---------------

### Em serviço

Máquinas e equipamentos	223.243	-	-	223.243
Provisão para desmobilização	1.589	-	-	1.589

### Em curso

Estoque de ativo fixo	-	29	-	29
Bens em andamento	-	671	-	671
	<b>224.832</b>	<b>700</b>	<b>-</b>	<b>225.532</b>

### **Depreciação**

	Saldo em 2024	Adição	Transferências	Saldo em 2025
--	---------------	--------	----------------	---------------

### Em serviço

Máquina e equipamentos	(18.830)	(9.761)	-	(28.591)
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	(790)	-	(790)
Provisão para desmobilização	(88)	(50)	-	(138)
	<b>(18.918)</b>	<b>(10.601)</b>	<b>-</b>	<b>(29.519)</b>

### **Depreciação**

	Saldo em 2023	Adição	Transferências	Saldo em 2024
--	---------------	--------	----------------	---------------

### Em serviço

Máquinas e equipamentos	(8.070)	(10.760)	-	(18.830)
Provisão para desmobilização	(38)	(50)	-	(88)
	<b>(8.108)</b>	<b>(10.810)</b>	<b>-</b>	<b>(18.918)</b>

## 9. Ativo de direito de uso e Arrendamento

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos,

## Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, respeitando também a data limite da autorização da operação, conforme abaixo:

- Terrenos 320 meses (delimitado pela data autorização da operação);

A companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo, arrendamentos de ativos de baixo valor e para aqueles em que os pagamentos são atrelados a fatores variáveis, sendo reconhecido os pagamentos de arrendamento como uma despesa em uma base linear ao longo do prazo do contrato, conforme disposto no CPC 06 (R2) - Arrendamentos. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

A composição e movimentação do Ativo de direito de uso é como segue:

	2025		2024
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Terrenos	4.043	(654)	3.388
	4.043	(654)	3.388
			3.495
			3.495
Custo	Saldo em 2024	Adição	Saldo em 2025
Terrenos	4.043	-	4.043
	4.043	-	4.043
Custo	Saldo em 2023	Adição	Saldo em 2024
Terrenos	4.043	-	4.043
	4.043	-	4.043
Amortização	Saldo em 2024	Adição	Saldo em 2025
Terrenos	(538)	(117)	(655)
	(538)	(117)	(655)
Amortização	Saldo em 2023	Adição	Saldo em 2024
Terrenos	(431)	(107)	(538)
	(431)	(107)	(538)

Em 31 de dezembro de 2025, os passivos de arrendamento são como segue:

	2025		2024	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Valor nominal dos pagamentos futuros	350	9.802	108	10.691
Ajuste a valor presente	(316)	(5.326)	(76)	(6.540)
Total	34	4.476	32	4.151

## Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,53%. As premissas utilizadas pela Companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Saldo inicial	<b>4.183</b>	4.269
Baixas	-	(10)
Pagamento	<b>(350)</b>	(372)
Juros sobre arrendamento (Nota 17)	<b>677</b>	296
Saldo final	<b>4.510</b>	4.183

Cronograma de vencimento do saldo não circulante em 31 de dezembro de 2025:

<b>Ano</b>	
2027	<b>132</b>
2028	<b>132</b>
2029	<b>132</b>
A partir de 2029	<b>4.080</b>
	<b>4.476</b>

### 10. Contas a pagar e Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Fornecedores	<b>1.297</b>	1.572
Contas a pagar - CCEE	<b>1.835</b>	4.949
Provisão de fim de obra	<b>3.812</b>	-
	<b>6.944</b>	6.521

### 11. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

## Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia estão sujeitos a cláusulas restritivas (*covenants*) de natureza financeira e não financeira. A Diretoria realiza monitoramento contínuo e detalhado dos indicadores exigidos, com o objetivo de assegurar a conformidade contratual e mitigar riscos que possam resultar em descumprimento, evitando, assim, impactos adversos na liquidez, na estrutura de capital e na operação da Companhia.

Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Credor	Modalidade	Encargos	2025		2024	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<u>Em moeda nacional</u>						
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Financiamento	IPCA + 5,04 a.a.	2.471	76.284	2.368	78.512
Total			2.471	76.284	2.368	78.512

  

	2025	2024
Saldo inicial	80.880	81.112
Juros provisionados (Nota 17)	6.879	7.308
Amortização de principal	(2.016)	(1.747)
Pagamento de juros	(6.988)	(5.793)
Saldo final dos empréstimos e financiamentos	78.755	80.880

### Empréstimos e financiamentos – BNB:

A Companhia possui financiamento junto ao Banco do Nordeste (BNB), remunerado pelo IPCA acrescido da taxa de 5,04% a.a., com data de vencimento em 15 de junho de 2045, e amortização mensal de principal e juros. No contrato de financiamento, existem obrigações restritivas e cláusulas de vencimento antecipado não financeiros, as quais são constantemente monitoradas e foram cumpridas em 31 de dezembro de 2025.

## 12. Obrigações tributárias

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro presumido. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	2025	2024
IRPJ/CSLL	374	371
PIS/COFINS	224	80
ICMS	465	465
ISS	146	195
INSS	44	104
Retido de terceiros	46	43
	<b>1.299</b>	<b>1.258</b>

### 13. Provisão para desmobilização

Considerando que os parques possuem contratos de arrendamento do terreno e foram assumidas obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato, a provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo (Nota 8).

Os cálculos foram efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos , conforme estudo do mercado de energia solar, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento, tendo como contrapartida o imobilizado.

Os passivos foram mensurados ao valor presente descontados por meio da taxa de 8,28% para os parques solares. As premissas utilizadas pela Companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base a inflação e vida útil do ativo.

	2025	2024
Saldo inicial	1.838	1.691
Atualização (Nota 17)	160	147
Saldo final	<b>1.998</b>	<b>1.838</b>

### 14. Patrimônio líquido

#### Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025 é de R\$131.500 (R\$141.500 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 32.222.222 (trinta e dois milhões e duzentos e vinte e dois mil e duzentos e vinte e dois) ações, sendo 16.111.111 (dezesesseis milhões, cento e onze mil, e cento e onze) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal de R\$0,98 (um real), e 16.111.111 (dezesesseis milhões, cento e onze mil, e cento e onze) ações preferenciais, nominativas, com valor de R\$7,81 (oito reais) cada.

Em 25 de janeiro de 2025, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, reduziram o capital da Companhia em R\$10.000, com a sem o cancelamento de ações.

Em 25 de janeiro de 2024, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, reduziram o capital da Companhia em R\$3.500, com a sem o cancelamento de ações.

## Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

### Reservas de lucros:

#### *Reserva legal:*

Sobre a reserva legal o estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

#### *Reserva de retenção de lucros:*

O estatuto social da Companhia prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos. Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Companhia devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

Durante o exercício de 2025 e 2024 a Companhia apresentou prejuízo líquido.

### Dividendos:

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício.

O Estatuto Social determina também que, atendida à destinação do dividendo mínimo obrigatório, o saldo disponível será distribuído, igualmente, como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

## **15. Receita operacional líquida**

### Reconhecimento da receita

A receita operacional da Companhia é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência persuasiva de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização, conforme disposto no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

## Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

### Venda de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de venda de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

O contrato da Companhia possui as seguintes características: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada prevista no contrato com as distribuidoras; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

### Receita não faturada

A Companhia registram as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cuja disponibilização de energia foi concluída, mas ainda não foi faturada até o final de cada período. A definição dos valores das receitas ainda não faturadas requer a uso de certas estimativas.

### Curtailement

Em 25 de novembro de 2025, foi convertida em Lei nº 15.235/2025 a Medida Provisória nº 1.300/2025, promovendo ajustes no marco regulatório do setor elétrico. Entre as várias medidas estabelecidas, foram instituídos mecanismos de compensação financeira aplicáveis aos cortes de geração impostos pelo ONS (“curtailment”) de usinas eólicas e solares, classificados como indisponibilidade externa ou restrições de confiabilidade elétrica. As regras de compensação contemplam tanto os eventos ocorridos no período de 01 de setembro de 2023 a 25 de novembro de 2025, quanto aqueles verificados após 25 de novembro de 2025.

O objetivo desse mecanismo é recompor os efeitos econômicos decorrentes de eventos externos que restringiram involuntariamente a capacidade de geração das usinas.

Nos termos da legislação, o reconhecimento do direito econômico exige manifestação inequívoca de adesão da entidade às condições previstas, incluindo a renúncia a eventuais ações judiciais relacionadas ao tema. Tal compromisso pode ser evidenciado pela assinatura de termo de compromisso ou por decisão administrativa documentada.

## Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

A diretoria da Companhia manifestou, em 22 de janeiro de 2026, a adesão ao mecanismo de compensação. Considerando-se a data de promulgação da referida legislação, conclui-se que as condições que fundamentam o reconhecimento do reembolso já existiam em 31 de dezembro de 2025.

Com base nesse arcabouço regulatório, a Companhia reconheceu na rubrica de receita líquida, em 31 de dezembro de 2025, o valor de R\$3.431, correspondente ao direito de ressarcimento dos eventos de curtailment desde 01 de setembro de 2023, cujo direito contratual ao recebimento passou a existir após a aprovação da Lei nº 15.235/2025. O valor foi mensurado com base em dados operacionais validados pelo ONS e nas regras de contabilização e liquidação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

	2025	2024
<b>Receita operacional bruta</b>		
<u>Fornecimento de energia</u>		
Venda de energia elétrica	3.926	6.128
Venda de energia elétrica - partes relacionadas (Nota 18)	26.330	18.831
Resultado com CCEE	729	34
(Nota 18)	<b>30.985</b>	24.993
<u>Deduções da receita operacional bruta</u>		
<u>Impostos sobre a venda</u>		
PIS	(203)	(120)
COFINS	(936)	(552)
	<b>(1.139)</b>	(672)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>29.846</b>	24.321

### 16. Custos e despesas por natureza

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

	2025	2024
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>		
Compra de energia elétrica – Partes relacionadas (Nota 19)	(334)	(926)
Royalties ANEEL	(3.550)	(3.909)
<b>Total custo do serviço de energia elétrica</b>	<b>(3.884)</b>	(4.835)

## Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	2025	2024
<b>Custo com operação</b>		
Impostos, licenças e taxas	(6)	(2)
Serviços de terceiros	(250)	(109)
Seguros	(204)	(342)
Pessoal	(4)	(6)
Depreciação do ativo imobilizado (Nota 8)	(10.601)	(10.810)
Amortização do ativo de direito de uso (Nota 9)	(117)	(107)
Serviço de operação e manutenção	(16)	-
CCEE	(9.444)	(2.691)
Promoção e publicidade	(9)	(14)
Outros	(336)	(214)
<b>Total custo com operação</b>	<b>(20.987)</b>	<b>(14.295)</b>
<b>Total de custos</b>	<b>(24.871)</b>	<b>(19.130)</b>
<b>Despesas Gerais</b>	<b>2025</b>	<b>2025</b>
Serviços de terceiros	(270)	(126)
Serviços de administração – partes relacionadas (Nota 19)	(414)	(388)
Seguros	(57)	-
<b>Total das despesas administrativas e gerais</b>	<b>(741)</b>	<b>(514)</b>

### 17. Resultado financeiro

A Companhia reconhece o resultado financeiro, incluindo receitas e despesas financeiras, com base no regime de competência, ou seja, à medida que são incorridas, independentemente do momento do recebimento ou desembolso de caixa.

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método de juros efetivos.

	2025	2024
<b>Receita financeira</b>		
Receitas com aplicações financeiras	1.448	1.911
<b>Total</b>	<b>1.448</b>	<b>1.911</b>

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos, atualização monetária dos passivos de longo prazo, reconhecidas no resultado por meio do método de juros efetivos.

	2025	2024
<b>Despesa financeira</b>		
Juros de empréstimos e financiamentos (Nota 11)	(6.879)	(7.308)
Juros de passivo de arrendamento (Nota 9)	(677)	(296)
Atualização da provisão de desmobilização (Nota 13)	(160)	(147)
Tarifas bancárias	-	(20)
Atualização de demandas judiciais	(23)	-
Despesas com letras de créditos	(363)	(628)
Imposto sobre operações financeiras	(26)	-
Multa e juros	(80)	(116)
Outras despesas financeiras	-	(8)
<b>Total</b>	<b>(8.208)</b>	<b>(8.523)</b>

## Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

### 18. Imposto de renda e contribuição social

A companhia apura seus impostos com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de presunção de 8% para imposto de renda e 12% sobre as receitas brutas auferida no período de apuração, somadas a receita financeira. Sobre esta base é apurado o imposto de renda e a contribuição social mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

A Diretoria avaliou a existência de incertezas relacionadas ao tratamento dos tributos sobre o lucro, conforme previsto no ICPC 22, e concluiu que não foram identificados impactos relevantes na apuração do imposto.

	2025	2024
<b>Corrente</b>		
Imposto de renda	(965)	(953)
Contribuição social	(464)	(442)
Total com despesas de impostos	(1.429)	(1.395)

A Companhia calcula o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, como demonstrado a seguir:

	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Faturamento (Nota 15)	30.985	30.985	24.992	24.993
			24.992	24.993
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	2.479	3.718	1.999	2.999
Receitas financeiras	1.448	1.448	1.910	1.910
Base de cálculo total	3.927	5.166	3.909	4.909
% do imposto	25%	9%	25%	9%
	(982)	(465)	(977)	(442)
Outros	17	1	24	
Total	(965)	(464)	(953)	(442)

## Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

### 19. Transações com partes relacionadas

Em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo CPC 05 (R1) / IAS 24 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, a Companhia considera como partes relacionadas todas as entidades pertencentes ao mesmo grupo econômico da Companhia. Essa definição abrange também transações, saldos e operações realizadas entre essas partes

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

<b>Ativo</b>	<b>Notas</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<u>Contas a receber</u>			
Alex I Energia SPE S.A.	(a)	-	73
Janaúba II Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	35
Janaúba III Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	35
Janaúba IV Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	35
Janaúba V Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	35
Janaúba VI Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	35
Janaúba VII Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	35
Janaúba IX Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	35
Janaúba X Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	35
Janaúba XI Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	35
Janaúba XII Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	35
Janaúba XIII Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	35
Janaúba XIV Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	35
Liga de alumínio S.A. - LIASA	(a)	<b>4.358</b>	2.118
Total		<b>4.358</b>	2.611
<u>Passivo</u>			
<u>Contas a pagar</u>			
Elera Renováveis S.A.	(b)	<b>93</b>	107
Rio Casca Energética S.A.	(b)	<b>31</b>	-
Janaúba Holding S.A.	(b)	-	213
Janaúba I Geração Solar Energia S.A.	(b)	<b>22</b>	3
Liga de alumínio S.A. - LIASA	(b)	-	350
Total		<b>146</b>	673
<u>Receita</u>			
<u>Venda de energia elétrica</u>			
Liga de alumínio S.A. - LIASA	(c)	<b>26.330</b>	18.831
Total	Nota 15	<b>26.330</b>	18.831

## Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

		<b>2025</b>	<b>2024</b>
<u>Serviço de administração</u>			
Elera Renováveis S.A.	(d)	<b>(414)</b>	(388)
Total	Nota 16	<b>(414)</b>	(388)
<b>Custo</b>			
<u>Compra de energia elétrica</u>			
Elera Renováveis S.A.	(e)	<b>(286)</b>	-
Rio Casca Energética S.A.	(e)	<b>(48)</b>	-
Janaúba XVII Geração Solar Energia S.A.	(e)	-	(28)
Janaúba VI Geração Solar Energia S.A.	(e)	-	(150)
Janaúba XIII Geração Solar Energia S.A.	(e)	-	(142)
Janaúba XIV Geração Solar Energia S.A.	(e)	-	(606)
Total	Nota 16	<b>(334)</b>	(926)

- (a) Contas a receber entre a Companhia e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica;
- (b) Contas a pagar entre a Companhia e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica e serviços de administração;
- (c) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;
- (d) Conforme acordado entre as partes, o saldo refere-se à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M;
- (e) Compra de energia elétrica de outras empresas do grupo;

Em 2025 e 2024, tendo em vista os acordos firmados entre os diretores, ora eleitos e as companhias do grupo econômico do qual a Companhia faz parte, os diretores não receberam qualquer remuneração da Companhia para o presente exercício social.

## 20. Cobertura de seguros

A companhia tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade, os prêmios de seguros são reconhecidos no resultado a medida que incorridos. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$121.797. Sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instalações solares da Companhia. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, danos materiais e lucros cessantes, no valor total de R\$4.000.000 (R\$4.000.000 em 31 de dezembro de 2024).

As premissas de riscos adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

## Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

### 21. Instrumentos financeiros e gerenciamento e risco

#### Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

#### Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da companhia são classificados conforme demonstrado abaixo:

Ativo Financeiro	2025			2024		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	916	-	916	276	-	276
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	-	3.542	3.542	-	16.448	16.448
Contas a receber de clientes	4.940	-	4.940	285	-	285
Contas a receber – Partes relacionadas	4.358	-	4.358	2.611	-	2.611
Despesas antecipadas	173	-	173	203	-	203
Caixa restrito e depósitos restituíveis	-	2.221	2.221	-	2.433	2.433
<b>Total</b>	<b>10.387</b>	<b>5.763</b>	<b>16.150</b>	<b>3.375</b>	<b>18.881</b>	<b>22.256</b>

Passivo Financeiro	2025		2024	
	Custo amortizado	Total	Custo amortizado	Total
Contas a pagar e Fornecedores	6.944	6.944	6.521	6.521
Contas a pagar – Partes relacionadas	146	146	673	673
Empréstimos e financiamentos	78.755	78.755	80.880	80.880
Passivo de arrendamento	4.510	4.510	4.183	4.183
<b>Total</b>	<b>90.355</b>	<b>90.355</b>	<b>92.257</b>	<b>92.257</b>

#### Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá.

- a) No mercado principal para o ativo ou passivo;

## Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

- b) Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia;

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, e estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado.

- Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

Os instrumentos financeiros da Companhia mensurados a valor justo enquadram-se integralmente no Nível 1 da hierarquia de mensuração, uma vez que seus valores são determinados com base em preços cotados em mercados ativos, acessíveis ao público e observáveis de forma direta na data de mensuração.

### Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela diretoria, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

#### *i) Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber.

## Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

A Companhia possui caixa e equivalente de caixa, predominantemente em bancos cuja classificação de *rating* é BB, conforme avaliação da agência S&P.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado.

### *ii) Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

### *iii) Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco de a companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas, em contrapartida impactará na remuneração do caixa da Companhia.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

### *iv) Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (covenants financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela diretoria por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

### *v) Risco de concentração de carteira de clientes*

A Companhia possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia efetuou avaliações financeiras, requisitam garantias financeiras e executam o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência

## Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

### *vi) Risco de geração*

A receita proveniente da venda de energia elétrica pelos geradores solares depende diretamente da energia efetivamente gerada. O ambiente de contratação na qual foi vendida a energia do gerador solar, mercado livre ou regulado, definirá como e quando o déficit ou o superávit de geração afetará a receita da Companhia.

Com a sanção da Lei nº 15.269, de 2025, ficou determinado que os cortes de geração decorrentes de falta de demanda — classificados pelo agente regulador como “curtailment energético” — deixam de possuir respaldo legal para a abertura de processos de reembolso. Dessa forma, eventuais restrições impostas à produção de energia por motivos exclusivamente relacionados à insuficiência de demanda não poderão ser objeto de compensação financeira ou pleitos indenizatórios perante as instâncias regulatórias competentes.

No mercado livre, quando a produção da usina é inferior aos seus compromissos contratuais, a Companhia deverá adquirir a diferença de terceiros ou no mercado de curto-prazo. Quando a venda é efetivada no mercado regulado, o eventual déficit de geração deverá ser abatido da receita de contratos que a usina tem direito. Para as usinas em construção, quando um contrato de fornecimento se inicia antes da data de início de operação comercial da usina, a Companhia deverá adquirir a diferença de terceiros ou no mercado de curto-prazo.

### *vii) Risco de não renovação da autorização e concessão*

#### Parques Solares

A Companhia detém autorização para exploração de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos.

O atual arcabouço legislativo não dispõe sobre o direito à renovação de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica proveniente de fonte solar. A Lei Federal nº 13.360/2016, ao alterar a Lei nº 9.427/1996, em seu § 1º - C, art. 26, apenas dispõe que os empreendimentos de fontes solares que tiverem suas outorgas de autorização prorrogadas não observarão o desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD).

Desta forma, não há instrumento legal que garanta o direito de renovação das outorgas de autorização a Companhia pelo Poder Concedente.

Caso a renovação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais ou de redução de incentivos previamente concedidos para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

\* \* \*